

SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: DIREÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO

Caroline SIMIONATO¹
Juliene Áglio de Oliveira PARRÃO²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo caracterizar o Serviço Social na contemporaneidade, perpassando pelo contexto histórico e político da profissão, o objeto da profissão (questão social), as demandas, os campos de trabalho e o Projeto Ético Político como sendo a direção social da profissão. O artigo propõe que a análise da profissão deve ser feita juntamente com os movimentos da sociedade, além de expor uma concepção crítica acerca dos desafios sociais da profissão considerando o fato do profissional estar inserido na divisão social e técnica do trabalho.

Palavras-chave: Serviço Social, Contemporaneidade, Projeto Ético Político, Direção Social, Desafios Sociais.

1 INTRODUÇÃO

O artigo foi realizado com o intuito de conclusão das matérias de Oficina de Serviço Social e Metodologia do Trabalho Científico I pela Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio De Toledo" de Presidente Prudente - SP, demonstrando assim que os objetivos ministrados pelos orientadores foram assimilados de maneira clara, e transparecidos neste trabalho.

O método de análise utilizado para realização da pesquisa será o materialista dialético, já que através dele poderemos visualizar o conjunto amplo das relações, complexidades e contradições sociais. O método aplicado será de grande contribuição, pois através dele é possível captar os movimentos da sociedade na perspectiva de que a sociedade esta em constante mudança, assim como as expressões da questão social.

A técnica utilizada para realização da pesquisa foi à bibliográfica, que constituiu na leitura e interpretação que envolveu livros, artigos científicos, periódicos

¹ Discente do 1º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente. carol-simionato@hotmail.com Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Docente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (2006) juliene_aglio@unitoledo.br Orientador do trabalho.

de órgãos oficiais, leis e materiais didáticos utilizados nas aulas de Oficina de Serviço Social e Metodologia do Trabalho Científico.

O artigo teve como objetivo explicitar sobre o Serviço Social na contemporaneidade, juntamente com o objeto da profissão que consisti na questão social. O problema colocado em questão foram quais os desafios sociais da profissão diante uma grande violação de direitos sociais e de um Estado neoliberal.

O artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro momento foi situado o contexto histórico e político do Serviço Social como forma de embasar e entender as análises que serão expostas no desenvolvimento, como o serviço social na contemporaneidade e o projeto ético político da profissão. No chamado “Serviço Social na Contemporaneidade”, está exposto colocações a respeito da questão social, das demandas e dos campos de atuação profissional. Já no apontamento “Projeto Profissional do Serviço Social: Direção Social da Profissão” sobre o Projeto Ético Político, o Código de Ética e a Lei que Regulamente a Profissão.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Para entendermos o serviço social na contemporaneidade, devemos contextualizá-lo na sociedade, no modelo econômico e político vigente, para que então, possamos compreendê-lo em uma totalidade, e não unicamente, em suas particularidades.

O sistema econômico atual pode ser visualizado em todas as dimensões da sociedade, e a cada dia, fomentam as expressões da questão social através do neoliberalismo e do conservadorismo introduzido no Estado e nas indústrias e grandes empresas. Isso trás como consequência a representação de um Estado mínimo, que transfere para a sociedade civil e privada as responsabilidades da vida coletiva. Portanto, devemos considerar que esse novo momento de expansão capitalista, altera a demanda de trabalho do assistente social, modifica o mercado e as condições de trabalho nos quais os assistente sociais ingressam enquanto profissionais assalariados (IAMAMOTO, s.d., p.3).

A ideologia neoliberal tem em seu discurso, um ponto importante para analisarmos a atual situação de violação e regressão na esfera dos direitos sociais

conquistados na história: a de culpabilização do indivíduo, que o responsabiliza pela sua pobreza, desviando a atenção do problema estrutural que estão na base da sociedade.

Todas essas questões supracitadas acarretam nas problemáticas expostas por Soares na citação abaixo:

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As micro-situações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. (SOARES, 2003, p.12)

Portanto, podemos considerar, com os levantamentos sobre o Contexto Histórico e Político do Serviço Social, que essa grande violação na esfera do direito social e ao mesmo tempo a filantropia realizada pelo Estado e pela sociedade civil, ocasiona um Estado com a junção de características de um Estado paternalista e um Estado Neoliberal/mínimo, causando as problemáticas de uma sociedade muitas vezes desorganizada e individualista, com o principal argumento para a pobreza a culpabilização do indivíduo e não da estruturação do sistema.

3 SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Para se chegar ao Serviço Social contemporâneo, precisamos fazer um canal com o surgimento da profissão e com os principais movimentos que ocorreu na profissão e que nos proporciona gozarmos do Serviço Social atual. Além de buscar em seu passado o entendimento das transformações necessárias e requeridas pelas transformações da sociedade.

O Serviço Social foi constituído como profissão no Brasil, através da necessidade do Estado em defender os interesses do capital, que já não encontravam no operário o livre poder de exploração, isso devido às ideologias socialistas que estavam inseridas na época na América Latina e no nosso país.

Para chegar ao Serviço Social que temos hoje, deve ser ressaltada a importância da Geração de 65 com seu caráter revolucionário que teve a percepção da luta de classes e a exigência de métodos e técnicas para efetivação profissional.

Neste momento, os assistentes sociais deixaram de falar em pobre, carente, patologia social, desenvolvimento de comunidade e passaram a falar em mudanças de estrutura, trabalhadores, compromisso com a população e revolução (ESTEVÃO, 2006, p. 36).

Neste período, foram levantados pelos profissionais diversos questionamentos e debates sobre a profissão, e foi no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, conhecido como Congresso da Virada, que deu início ao grande marco histórico e mudanças da profissão.

De acordo com Estevão (2006, p.38), todos os conceitos, crenças, bases teóricas já não mais valiam, era necessário procurar outros. Foi a partir de então que começou o chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que passa a ter como base teórica o materialismo histórico e dialético/marxismo.

Para se chegar ao Serviço Social era preciso, antes de tudo, falar de luta de classes, de contradição, de tese, de síntese, de formas de ver e ler a realidade, de ideologia; enfim, uma certa terminologia marxista incorporou-se ao Serviço Social.

Anteriormente a esses acontecimentos, o serviço social proposto, não conseguia responder as questões complexas da sociedade, já que era um modelo importado de países subdesenvolvidos e não funcionava para a realidade posta no nosso país.

O Serviço Social contemporâneo tem como objeto as expressões da questão social, o reconhecimento das demandas profissionais e dos campos de trabalho, que serão explicitados individualmente a seguir.

3.1 Questão Social

Após o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a questão social passa a ser objeto do Serviço Social, já que com o embasamento teórico marxista, a categoria passa a analisar a sociedade a partir de uma totalidade estrutural e não de forma individualizada.

Anteriormente ao reconhecimento da questão social como objeto do Serviço Social, o mesmo tinha como justificativa a incapacidade individual e não as

determinações sociais, ou seja, se o indivíduo ou grupo não conseguia emprego, ou estava vivendo em situação de miséria, era por ele não ser capaz de conseguir uma vida melhor e não pelo desemprego e por outras situações que levam a vulnerabilidade social.

Segundo Yamamoto (1997, p.14), questão social se define da seguinte forma:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

Portanto, podemos considerar que o assistente social trabalha diretamente nas expressões da questão social, que são as mazelas deixadas pelo sistema econômico vigente.

Como toda categoria arrancada do real, nós não vemos a questão social, vemos suas expressões, assim como: o pauperismo, a fome, a miséria, o desemprego, o exercito de reserva, o analfabetismo, a violência, a favelização, etc.

3.2 Demandas Profissionais

As demandas do Serviço Social são divididas em imediatas, sócio-profissionais, e estas podem se apresentar em sujeitos individuais e/ou coletivas.

As demandas imediatas, também conhecidas como institucionais, são aquelas objetivas, apresentadas a profissão nos espaços institucionais de forma imediata, onde os assistentes sociais deverão providenciar respostas imediatas, favorecer acesso a bens e serviços, benefícios, programas e projetos quando solicitado.

As demandas sócio-profissionais, também conhecidas como sócio-históricas são aquelas que representam as reais necessidades sociais da população,

incorporando e ultrapassando as demandas institucionais. É preciso desvendá-las, pois são demandas que exigem o caráter investigativo e interventivo da profissão e não estão claramente reveladas.

3.3 Campos de Trabalho

Os campos de trabalho do assistente social estão distribuídos nas três esferas da sociedade brasileira: privada, pública e terceiro setor.

Na esfera privada, o assistente social pode exercer sua profissão em empresas de diferentes setores, como indústrias, comerciais, fundações, associações, entre outros. Nas universidades o profissional poderá exercer sua profissão como professor, pesquisador, atenção ao aluno, entre outros. Nos hospitais poderá atuar em clínicas psiquiátricas, de repouso para idosos, de recuperação para dependentes químicos, etc.

Na área pública o profissional poderá trabalhar em órgãos federais, estaduais ou municipais, como no INSS, secretarias do Estado, judiciários, fundações, universidades, secretarias municipais, conselhos tutelares, escolas, etc.

No âmbito não governamental ou terceiro setor, o assistente social poderá exercer sua profissão em entidades sociais que atuam com programas e projetos sociais, como abrigos, ONG's, etc.

4 PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: DIREÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO

O Projeto Ético Político do Serviço Social foi pensado e construído na década de 1970 e 1980, como resultado dos ideais expostos durante e após o Congresso da Virada, ou seja, quando a sociedade brasileira passava por diversas modificações e o Serviço Social encontra na teoria marxista a resposta para muitas perguntas referente aos problemas sociais. E reafirma o CFESS:

Assim, buscaram o aprimoramento intelectual como condição para apreender o real em sua concretude e complexidade. Neste processo, a interlocução com a tradição marxista e posteriormente com o pensamento marxiano forneceu o alicerce teórico-metodológico para apreender a realidade sob uma perspectiva de totalidade. (CFESS, 2009, p.2)

Com isso, podemos notar que o Projeto Profissional do serviço social está interligado com as constantes alterações da sociedade. De acordo com Martinelli “o projeto ético-político da profissão, de alguma forma relaciona-se com o projeto societário mais amplo”, portanto, devemos observar as mudanças e dinâmica da sociedade juntamente com o serviço social, não com algo particular e isolado.

O Projeto Ético Político tem o objetivo de nortear e dar a direção social da profissão; além de ser o ideário para os profissionais da área.

De acordo com a publicação do CFESS Manifesta (2009, p.2)

O projeto ético-político profissional não é único na profissão. Projetos profissionais disputam a direção social do Serviço Social brasileiro neste momento histórico. Neoconservadorismo, pragmatismo e formas despolitizadas de entender a questão social reaparecem no cenário profissional. Tempos sombrios! Por isso, mais do que nunca precisamos estar atentos e fortes, para não sucumbir à “confusão do espírito”, ao conformismo, ao “pensamento único”, às falsas polêmicas, aos “cantos da sereia” da pós-modernidade.

O projeto ético político é composto pelos seguintes elementos: Legais: Lei que Regulamenta a Profissão, Código de Ética Profissional e Diretrizes curriculares; Teóricos: Produção de conhecimentos; Organização da categoria: CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO, etc.; Práxis Profissional (materialização da teoria).

Falaremos adiante sobre os elementos legais do Projeto Ético Político do Serviço Social.

4.1 Elementos Legais do Projeto Ético Político do Serviço Social

A Lei N° 8.662, de 7 De Junho de 1993 que regulamenta a profissão, o Código de Ética e as diretrizes profissionais atuais, foram frutos dos movimentos coletivos expostos acima, portanto, também aconteceu juntamente com as mudanças da sociedade e da profissão após o Movimento de Reconceituação do

Serviço Social e principalmente pela exigência da secularização da profissão inserida na divisão técnica do trabalho.

Segundo publicação do CFESS (2009, p.2), o Código de Ética foi fruto de amadurecimento de reflexões, como podemos ver na citação abaixo:

O atual Código de Ética profissional, aprovado em 1993, foi resultado de um amadurecimento das reflexões iniciadas na elaboração do Código de 1986, fruto de uma ampla e democrática construção coletiva da categoria em nível local, regional e nacional.

Isso se deu, devido à necessidade de um novo perfil profissional, que ultrapassava a ética da neutralidade e exigia uma competência teórica, técnica e política para a profissão (CFESS, 2011, p.20).

Sobre esse novo perfil profissional, CFESS comenta:

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. (CFESS, 2011, p.20)

De acordo com as considerações supracitadas, podemos concluir refletindo sobre tal importância dos elementos legais para o Projeto Ético Político diante do ideário teórico-político da sociedade e da profissão perante a democratização e igualdade.

5 DESAFIOS SOCIAIS DA PROFISSÃO

Com a presença de um Estado mínimo, e com a não efetivação dos direitos sociais essenciais para emancipação do indivíduo enquanto cidadão, a demanda do assistente social se torna ainda mais ampla e necessária. Ampla, pois passa a abranger diversas áreas profissionais, como na educação, recursos humanos (RH), saúde, entre outros que vão além do âmbito público. É necessária, pois em diversos desses segmentos, é apenas o assistente social, em suas atribuições privativas, que poderá emitir laudos e pareceres técnicos com metodologias que envolvem o indivíduo na sociedade a qual este está inserida e não exclusivamente em sua esfera privativa.

O que devemos colocar em questão, é se o Serviço Social continua tendo como propósito a busca e a luta para efetivação de direitos, ou se a atuação está fadada a realizar trabalhos técnicos sem que haja uma reflexão e convicção nas teorias que dão embasamento teórico para a profissão.

Sobre isso, lamamoto levanta as seguintes questões:

Nessa perspectiva, a formação profissional deve privilegiar a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades – centrando-se no “como fazer” – a partir da justificativa que o Serviço Social é uma “profissão voltada à intervenção no social”. Esse caminho está fadado a criar um profissional que aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. Corre-se o perigo do assistente social ser reduzido a um mero “técnico”, delegando a outros - cientistas sociais, filósofos, historiadores, economistas, etc - a tarefa de pensar a sociedade. O resultado é um profissional mistificado e da mistificação, dotado de uma frágil identidade com profissão. (lamamoto, s.d, p.9)

Precisamos refletir sobre a intensa procura e ingressos no curso de Serviço Social no Estado de São Paulo e quais são as devolutivas desse futuro profissional para o mercado de trabalho e para a sociedade diante da grande precarização e mercantilização do ensino superior. O curso superior de serviço social exige dos docentes como transmissores do pensamento político-teórico-crítico, uma adequada e qualificada formação do pensamento político, para que estão possa transmitir aos discentes uma reflexão de conjuntura da vida coletiva e não apenas, de forma mecanicista, as atribuições do assistente social.

Também carecemos ressaltar as entraves impostas na esfera das instituições a qual o assistente social, como docente, faz parte, através de censuras ideológicas e também na limitação de movimentos coletivos dos estudantes, como o bloqueio dos Centros Acadêmicos, dos Diretórios Central dos Estudantes e até mesmo na participação coletiva dos estudantes nas questões que os envolvem como sujeito participativo e coletivo.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou no ano de 2011 a campanha “Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social”, onde foi extraído o posicionamento da categoria profissional de forma sucinta, que representam as informações expostas:

A análise dos dados reunidos no documento “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” demonstrou o descompromisso das Instituições de Ensino com a formação profissional e a

falta de controle e acompanhamento sistemático da expansão e prestação de serviços dessas instituições por parte do Ministério da Educação (MEC). (...) Os dados confrontam radicalmente com nossos compromissos e princípios, com as competências estabelecidas nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social e com as atribuições e competências dos/as assistentes sociais previstas na Lei 8.662/1993. (CFESS,2011, p.2)

Com isso, podemos reafirmar a importância das escolas, seja ela pública ou privada, para uma formação política e crítica de qualidade junto aos acadêmicos.

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa objetivou fazer a análise do Serviço Social na contemporaneidade considerando os aspectos sociais e legais da profissão.

Com isso, pode-se concluir, que ainda com a existência do Projeto Ético Político como direção social da profissão, não podemos deixar de fazer a reflexão crítica acerca do modelo de sociedade e dos desafios sociais da profissão, já que é possível, por meio desse estudo, concluir que a sociedade está em constantes modificações.

7 REFERÊNCIAS

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso: 02 de jun.2013

CFESS. **Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_campanhaEAD_CENSURADO.pdf> Acesso em: 28 de maio 2013

CFESS. **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>> Acesso: 01 de jun. 2013

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**, s.d. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf> Acesso: 28 de maio 2013

IAMAMOTO, Marilda Vilela ; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997

MACHADO, Ednéia Maria. **Questão social: objeto do serviço social?**, s.d
Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm>. Acesso em: 01 de jun. 2013

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003